

CONSPIRAÇÃO CIVIL, GOLPE MILITAR: A CONSPIRAÇÃO DO IPES EM PALAVRAS E IMAGENS

Viviane Gouvea

Mais do que um golpe militar

Nos primeiros meses de 1964 uma grave crise política iniciada com a ascensão de Jango à presidência da República adquire proporções espetaculares, resultando na sua deposição em 1º de abril. Começava assim um período de predominância das forças armadas na vida política do país sob um regime de exceção cujo fim se daria apenas a partir de 1979. Nos anos 60 e 70, sob a égide dos vencedores, o movimento que derrubou o presidente legítimo era popularmente chamado “Revolução”. A partir dos anos 80, “golpe militar” se tornou mais comum.

No entanto, o levante ocorrido em 1964 significou muito mais do que um golpe *militar*, tanto em suas origens como nos seus desdobramentos. O movimento resultou de articulações e manobras entre setores da sociedade civil e as forças armadas. Os interesses em jogo, afinal, relacionavam-se de forma direta às elites nacionais, em especial ao empresariado: a autodenominada “classe produtora” – associada ao capital internacional ou não. Sem o apoio desses setores – que além de promoverem violentas campanhas contra o presidente e, mais especificamente, contra todas os grupos políticos identificados com as “esquerdas” – não haveria sustentação política, econômica, ideológica e técnica ao regime militarizado que ocupou o poder após o golpe.

A derrocada da democracia nos anos 1960 torna-se incompreensível sem a abordagem da batalha ideológica travada não apenas no congresso, nos bastidores da política e dos quartéis, mas nas praças públicas, nos cinemas, nos jornais e na televisão – enfim, nos discursos e nas imagens que buscavam despertar nas massas tradicionalmente silen-

ciosas a necessidade de aderir a um dos lados no cenário de crescente radicalização da época.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) fundado em 1962 por empresários, militares graduados e intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo torna-se, assim, uma peça chave para o entendimento não apenas dos fatores que possibilitaram que o regime democrático ruísse da forma como ocorreu, mas também para percebermos as articulações profundas entre os setores militares e as elites civis, que permitiram não apenas o golpe e sua aceitação, mas também o seu prolongamento e radicalização.

Durante os dez anos de funcionamento, o instituto concebeu projetos de lei – inclusive relativos à reforma agrária –, ministrou diversos cursos de capacitação em finanças e administração, conferências, palestras e cursos de “atualidades brasileiras”, levantou grande quantidade de dados acerca de atividades de inúmeros cidadãos brasileiros e instituições públicas e privadas, produziu filmes de alta qualidade e debates televisivos, editou livros e periódicos. Boa parte dessa atividade, em especial aquela voltada para um público geral, tinha como objetivo vender a imagem da sociedade por eles concebida e, principalmente, demonizar qualquer projeto alternativo.

O presente texto parte da análise do material existente no Fundo IPES do Arquivo Nacional, doado por um dos seus integrantes, general João José Baptista Tubino, para iniciar uma linha de investigação: de que forma os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (como veio a singularizar-se no Brasil, após reelaboração via Escola Superior de Guerra) expressavam-se nos textos e subtextos produzidos pelo instituto, o que pode indicar uma estreita ligação entre as perspectivas da elite civil e o projeto apresentado pelas forças armadas. Embora não constitua nem de longe todo o material produzido pelo IPES, e refira-se basicamente ao IPES-Guanabara, a documentação sob a guarda do Arquivo Nacional oferece um campo fértil para a análise de uma conspiração que deu certo, contando com uma grande capacidade de articulação e poder de propaganda.

O anticomunismo: da Era Vargas aos tempos da Guerra Fria

A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em abril de 1935. Embora em tese o país não estivesse vivendo um regime de exceção, a promulgação ocorreu em meio a um processo de cerco às liberdades democráticas que culminariam na decretação do Estado Novo em 1937. Durante esse intervalo de dois anos, a lei ganhou adendos que a tornaram mais rigorosa, e em 1936 o estado ganharia um importante instrumento para sua aplicação e consequente reforço do aparato repressivo: o Tribunal de Segurança Nacional, que viria a julgar os implicados no levante de novembro de 1935, movimento que passaria para a história com o pejorativo nome de Intentona Comunista.

O levante de 1935, organizado pela Aliança Nacional Libertadora – proscrita em junho daquele ano depois do seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional – embora apresentasse pouca mobilização popular, tornou-se um evento fundamental na construção de um imaginário anticomunista cuja força influenciaria a política nacional durante as décadas seguintes. A partir daí a “ameaça vermelha,” materializada em uma suposta infiltração de agentes estrangeiros (em especial de Moscou) e comprovada onde quer que houvesse agitação e radicalização de movimentos sociais (que representariam necessariamente a adesão a uma suposta revolução vermelha no Brasil), tornou-se poderoso instrumento de pressão das elites para legitimar a repressão aos movimentos que expressavam demandas populares, ou mesmo quaisquer projetos que não se harmonizassem com as proposições que as elites nacionais iriam consolidar ao longo dos anos, especialmente entre o fim do Estado Novo e o início dos anos 60.

O receio de uma revolução comunista em solo brasileiro, parte integrante de uma revolução mundial, perduraria por décadas e marcaria não apenas a orientação das forças armadas, mas da política nacional de uma forma geral, quadro que se acirrou no Pós-guerra e durante a subsequente “Guerra Fria.” Não à toa, o Partido Comunista seria proscrito ainda em 1946, após um breve período na legalidade. A divisão do mundo entre as duas superpotências da época – a pioneira do socialismo URSS e o ícone do capitalismo, os EUA – acentuou as distâncias

entre esquerda e direita em todo o mundo e tomou feições singulares dependendo do contexto e da história de cada país. Tornou-se cada vez mais difícil manter a neutralidade em um mundo dividido e, em países tradicionalmente dependentes, a situação se tornava particularmente polarizada, além de instável. Movimentos de libertação do jugo colonial muitas vezes recebiam apoio de uma das potências e, conseqüentemente, acabavam entrando para sua órbita de influência. Em outros casos – o da América Latina, em especial – as demandas por um desenvolvimento independente que diminuísse as desigualdades internas (e também em relação aos países mais desenvolvidos), expressas em alguns casos por movimentos sociais populares e pela emergência de grupos políticos identificados com os diversos matizes da esquerda (do trabalhismo ao comunismo revolucionário), acabaram “enquadradas” como fatores de alta periculosidade, sujeitos à eliminação radical, sob pena de permitirem a infiltração e ulterior domínio soviético.

Nesse contexto, a Doutrina de Segurança Nacional, irradiada a partir dos EUA e disseminada em diversos países, especialmente na América Latina, onde ganha versões adaptadas, passa a orientar o cenário político e econômico dos países alinhados com a potência capitalista.

A Doutrina de Segurança Nacional: muito além das forças armadas

A participação do Brasil na Segunda Grande Guerra deu-se sob comando norte-americano, novidade para as forças armadas nacionais, que de uma forma geral seguiam padrões franceses de organização militar. Criada em 1949 sob influência do intercâmbio com militares da National War College, a Escola Superior de Guerra (ESG) acabou por se tornar um centro irradiador de uma ideologia fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional, como formulada pelo governo norte-americano no Pós-guerra.

Contudo, a ideologia que passou a dominar os meios militares e também, em certa medida, a orientação política de parte das elites nacionais ganhou feições próprias a partir do elemento externo. Os conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional encontravam-se to-

dos fortemente presentes: objetivos nacionais (permanentes e atuais); poder nacional (instrumento utilizado para alcançar os objetivos nacionais estabelecidos); estratégia nacional (modo de utilização do poder nacional de forma a se alcançar os objetivos fixados pela política nacional); segurança nacional (capacidade que o Estado possui de impor os objetivos e permitir ambiente propício para a sua realização).¹ Um trecho da apostila “Planos de desenvolvimento do IPES”, de Carlos José de Assis Ribeiro [s.d., data atribuída: pouco antes do golpe] expõe o esquema de forma bastante precisa e introduz a noção de uma luta a ser travada em vários campos: “É chegada a hora de reconhecer que, se o Poder Nacional resulta da integração dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação, para a consecução da salvaguarda dos objetivos nacionais, (...) a estratégia militar, a estratégia política, a estratégia social e a estratégia econômica não podem continuar sendo considerados ramos isolados, nitidamente diversificados (...)” (Caixa 11 – Fundo IPES, Arquivo Nacional).

Um aspecto da doutrina encontrou no Brasil solo fértil para a sua disseminação: a noção de “guerra total e permanente”, travada em todos os campos (econômico, cultural, diplomático), impedindo a possibilidade de qualquer neutralidade diante do grande confronto capitalismo *versus* socialismo; por conseguinte, a percepção de uma infiltração comunista em todos os setores e em quaisquer países, podendo o inimigo ser externo ou interno – e ambos igualmente passíveis de combate extremo.

Tais ideais, conceitos e noções encontraram eco na cultura política nacional, autoritária, elitista e conservadora. Ultrapassaram os muros dos quartéis, consolidando-se nos projetos para o Brasil concebidos pelas elites econômicas e pelos partidos políticos mais à direita (em especial, UDN e PSD). Encontram-se presente nos artigos jornalísticos dos maiores jornais do país e nos estudos de institutos de estudos e pesquisas, como o IPES.

A defesa de uma “paz social” deveria encontrar-se acima de quaisquer divergências de cunho político. Na verdade, a paz almejada equivalia ao silêncio, pura e simplesmente, fundamental para que o projeto de desenvolvimento fosse implementado em toda a sua amplitude. Sem

o silêncio, sem a repressão a vozes e concepções divergentes, as medidas estruturais consideradas essenciais nas mais diversas áreas não seriam levadas a cabo. No discurso dominante de então, torna-se evidente a incorporação de um tipo de autoritarismo muito enraizado no Brasil, que demonstra clara aversão a qualquer participação popular nas discussões políticas – o que encontra expressão na clássica frase “o povo não sabe votar” –, e uma certa priorização do executivo – dinâmico e unificador – em detrimento do legislativo, o qual, em vez de ser visto como *locus* de discussão democrática, resultado de eleições amplas, é encarado como um empecilho burocrático ao que é necessário fazer, um antro de “interesses privados e politicagens”.

Esse autoritarismo *instrumental*, que defende a necessidade de implementação rápida de decisões técnicas necessárias ao progresso – ou, na versão século XX, desenvolvimento – nacional, coloca a democracia como um ideal a ser atingido, ainda distante da nação brasileira. Tais concepções, que não tinham nada de novo nos anos 1960, ganharam contornos mais nítidos e conteúdo mais elaborado a partir do Pós-guerra. Emerge com força desde o princípio do regime militar, desde o golpe de 1964, nos textos do IPES e nos discursos de Castello Branco. O medo da democracia e do movimento popular tinha suas raízes na forte convicção de que apenas as elites têm capacidade para administrar o Brasil, que apenas as suas propostas levarão o país para frente. Um exemplo pode ser lido no boletim mensal do IPES n. 22, ano 3, maio de 1964, “A democracia e os regimes totalitários”, de João Camilo de Oliveira Torres: “Chama-se democracia o estado em que todos os poderes estão sujeitos à lei, e que tem como fundamento e condição de exercício o consentimento dos cidadãos, como finalidade o bem comum do povo e como limite os direitos fundamentais do homem”. Contudo, o autor deixa claro que nem todo o mundo faz parte do processo político, oferecendo exemplos: o clero e aristocracia no momento de promulgação da Magna Carta inglesa, minoria de lavradores e comerciantes na revolução americana, pequena burguesia urbana na Revolução Francesa, entre outros casos históricos. Continua: “Empregamos aqui, e só aqui, a palavrinha perigosa ‘povo’ no sentido amplo, a comunidade de governados”. Ou seja, de uma forma geral, a noção de “povo” é muito mais

restrita, quase à moda de John Locke. Na seção “Estado Totalitário” justifica a ditadura (“mal necessário, mas temporário”) diferenciando-a de totalitarismo, típico do comunismo (Caixa 37 – Fundo IPES, Arquivo Nacional).

O binômio segurança e desenvolvimento – ou, antes, segurança como premissa para o desenvolvimento – norteava desde o princípio as ações dos grupos que tomaram o poder de assalto e mascaravam a defesa intransigente de um projeto de crescimento explicitamente desigual, além de em grande medida dependente. Daí a dificuldade em se considerar o AI-5 uma ruptura radical, uma suposta vitória de setores militares “linha dura” contra aqueles que defendiam um retorno aos quartéis. Não existem indícios claros de que houvesse, por parte de algum grupo, intenção de devolver o poder aos civis. Ao contrário: desde a tomada do poder em 1964, todos os atos (institucionais, inclusive) do executivo indicavam um paulatino fechamento do regime, e a cada resposta negativa nas ruas ou reação de setores políticos opositoristas (eleições de 1965 e 1966, formação da Frente Ampla, retomada das greves e do movimento estudantil em 1968) correspondia uma medida destinada a coibir as divergências.

Se as forças armadas incorporaram um discurso de “poder neutro” acima de interesses privados ou externos que ameaçavam a unidade nacional e seu desenvolvimento, chamando para si a responsabilidade quanto ao destino da nação, os setores civis que apoiavam o golpe não ficavam atrás na intransigência em relação àqueles que defendiam projetos diversos. No contexto de radicalização da época, qualquer voz dissonante representava um perigo, que poderia impedir o almejado desenvolvimento com segurança e abrir as portas para a onipresente ameaça soviética.

A ameaça soviética, o “perigo vermelho”, foi possivelmente o principal pilar da adesão de setores da classe média ao golpe. Se entre as elites, as “classes produtoras”, a defesa ferrenha dos próprios interesses e do seu projeto de desenvolvimento nacional eram explícitas, tal não ocorria – ao menos, não diretamente – com as classes médias urbanas, ou mesmo com setores mais humildes, que acreditavam que os militares tomavam o poder com o intuito de salvar o Brasil do comunismo. Contudo, muitas

das propostas de reformas estruturais em debate antes do golpe tinham por objetivo dinamizar o sistema produtivo sem aumentar a concentração de renda ou a dependência externa, evitar perda de divisas, diminuir a subutilização de terras produtivas e a miséria no campo, modernizar o ensino. Enfim, medidas que potencialmente poderiam diminuir as desigualdades sociais e alavancar um desenvolvimento econômico menos dependente, sem necessariamente aderir à economia planificada.

No entanto, a polarização do mundo nos tempos da Guerra Fria, o exemplo de Cuba e a presença de movimentos populares expressivos – alguns dos quais de fato pertencentes à esquerda radical e revolucionária – transformava qualquer defesa da justiça social em subversão, comunismo revolucionário. Ao ponto de algumas questões pontuais coincidentes à esquerda e à direita – por exemplo, o discurso nacionalista – passarem por um processo de desqualificação quando vindas de setores mais à esquerda. Afirma Sá Motta: “a postura nacionalista que os comunistas procuraram defender em alguns períodos, marcada pela denúncia do imperialismo e afirmação de fortalecer o Estado Nacional foi atacada pelos anticomunistas que procuravam desqualificá-las. (...) os comunistas seriam sempre nacionalistas de fachada, sempre ‘nacionalistas russos’”. Aquele que saísse em defesa da nação e do estado brasileiro só poderia fazê-lo se o fizesse com o aval dos setores oriundos da direita.

O pavor que o brasileiro médio tendia a sentir da ameaça vermelha sustentava-se em parte em uma ideologia construída ao longo dos anos, que caracterizava o povo brasileiro como avesso a rupturas radicais e revoluções, por ser naturalmente “pacífico, conciliador”. É uma imagem que desafia a nossa história, mas que sempre encontrou eco nos discursos em torno do *bom malandro* e em teorias que enfatizavam uma tendência à resolução não-violenta de impasses ao longo da história. De todo modo, o discurso anticomunista partia da imagem do brasileiro pacífico para contrapô-la à revolução comunista, inerentemente contrária a essa índole supostamente conciliadora. Além desse aspecto, um outro traço da nossa cultura fornecia munição para alimentar o medo dos comunistas: o catolicismo arraigado.

Embora o catolicismo que se disseminou por todo o território brasileiro tivesse adquirido as cores da diversidade nacional, a população de

uma forma geral, se instada a escolher entre a Igreja e outra opção abertamente contrária a esta, não hesitaria em escolher a primeira. O ateísmo marxista foi intensamente exposto como forma de repelir, *a priori*, qualquer movimento político associado ao comunismo. Exemplos de como a religião cristã era vilipendiada após as revoluções socialistas eram incansavelmente repetidos, resultando em uma demonização dos socialistas, comunistas e “afins”. Por representarem interesses soviéticos, basearem-se em uma ideologia que ia contra a índole do brasileiro e colocarem-se contra a religião, os inimigos vermelhos incorporavam a suprema ameaça à nação brasileira, violentando o seu âmago.

O IPES e o golpe

“Na verdade a idéia da fundação do IPES surgiu no Rio e foi aqui exaustivamente trabalhada, até que foi levada para São Paulo a fim de que o instituto lá tivesse sua primeira sede por motivos que todos, ou pelo menos a maioria, conhecem” (Trecho uma instrução enviada pela direção do IPES a Oswaldo Tavares, orientando alterações no texto do novo caderno de apresentação do instituto. Maio de 1962. Caixa 3 – Fundo IPES, Arquivo Nacional).

Um grupo formado majoritariamente por empresários – inclusive alguns de origem não-brasileira –, mas também um número significativo de militares e alguns intelectuais inicia, ainda nos anos 50, um movimento de discussão e, eventualmente, articulação política, objetivando fazer frente à emergência do que era por eles visto como “tendência esquerdista da vida política”. A renúncia de Jânio Quadros serviu como um catalisador, e o grupo decidiu buscar formas de concretizar as propostas resultante de tais articulações.

Os fundadores do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais a princípio não possuíam uma unidade ideológica muito consistente, mas encontravam-se todos no espectro mais à direita da política nacional e, principalmente: “o que os unificava eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado”.²

Transparecia também nas suas intenções manifestas a descrença em soluções nascidas das instituições da política democrática. Afirmando claramente que “a direção do país não podia mais ser deixada nas mãos dos políticos”, esse grupo de empresários decidiu assumir a responsabilidade pelos rumos do desenvolvimento brasileiro, possibilitada pela sua importância econômica e autoproclamada capacidade técnica.

Essa tomada de posição indica pouco respeito aos princípios da democracia, que abrange a possibilidade de formulações de propostas oriundas de quaisquer grupos no interior da sociedade. Nada de novo nisso, em termos de Brasil. A novidade reside na combinação da Doutrina de Segurança Nacional, da forma como reelaborada pela ESG e no interior de entidades como o IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), com esse recorrente elitismo político, que resultou na transformação de grupos de oposição em “inimigos internos”, retirando-lhes qualquer legitimidade, tornando-os alvo de ataques típicos de qualquer guerra internacional, visto que tais “inimigos internos” na verdade incorporariam os interesses externos, cujas intenções incluiriam a destruição de tudo o que caracterizava a identidade nacional. Era o conceito de guerra total, que não conhecia fronteiras ou limites.

Após a sua fundação – cujos registros estatutários originais acabaram ocorrendo em São Paulo – em 1962, o IPES passou a se dedicar a uma série de atividades de articulações políticas, planejamento de cursos, levantamentos e pesquisas, e divulgações destes últimos, além da produção de vasto material de propaganda que buscava *convencer* diferentes setores da sociedade de que o Brasil era um país de futuro, mas que este dependia das escolhas certas de cada brasileiro, que deveria rejeitar as ideologias alienígenas e abraçar a paz social, a cooperação entre patrões e empregados como solução para todos os problemas, a defesa da família e da igreja como pilares da nação, aceitando a autoridade de tecnoburocratas para gerir com a devida competência o desenvolvimento do país. Nessa concepção, cada um teria o seu lugar e, se tal ordem fosse respeitada, o Brasil haveria de realizar seu destino.

Muitas das publicações do IPES se dedicavam à análise do comunismo ou da situação dos países comunistas. Alguns exemplos de publicações do instituto: “Comunismo: de Karl Marx ao muro de Berlim” (sem

autoria), “Continuismo e comunismo” (Glycon de Paiva), “Guerra política, arma do comunismo internacional” (Suanne Cobin), “Infiltração comunista no Brasil” (sem autoria), “Como os vermelhos preparam uma arruaça” (sem autoria), “Conceito soviético de não-intervenção” (sem autoria), “Proletários ou conspiradores” (sem autoria), “Se você fosse um trabalhador soviético” (sem autoria), “UNE, instrumento de subversão” (Sonia Seganfredo), “A agricultura sob o comunismo” (George Benson), “Você pode confiar nos comunistas (eles são comunistas mesmo)” (Fred Schwarz), “Anatomia do comunismo” (vários autores), “A ameaça vermelha” (Danilo Nunes), “Como lidar com os comunistas” (Wilhelm Roekpe), “Cartilha do comunismo, teoria e prática” (Moshe Decter). Essas publicações eram distribuídas a associações de classe (patronais ou sindicais), escolas, universidades, bibliotecas etc., em todo o Brasil.

Percebe-se, nos enunciados colocados, a adesão aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, em que o binômio positivista “ordem e progresso”, presente na bandeira nacional, é substituído por outro binômio de sentido correlato: segurança e desenvolvimento. Também transparece no discurso a necessidade de defender a qualquer preço os ideais apresentados – vide artigo de Harold Polland, “A pílula amarga não causa fastio: se vai dourada” (Boletim IPES n. 16-17, ano 2, nov.-dez. 1963. Caixa 35 – Fundo IPES, Arquivo Nacional). Começa citando R. Soltan, *As funções econômicas do estado*: “o Estado só pode exigir nossa lealdade se é fiel a si mesmo, se usa sua autoridade para atingir os fins para que existe. Se esquece isso e procura usá-lo para fins que são a negação da sua verdadeira função, que será sempre o aperfeiçoamento moral da pessoa humana, então a resistência ao Estado se torna um dever.” Acusa Jango diretamente de não cumprir seu papel, o que pela lógica do texto expõe o presidente legítimo a qualquer forma de resistência possível.

A mensagem golpista é clara e se dirige às elites em especial, dados o vocabulário e a argumentação utilizados. Mas para as classes *subordinadas* também não faltava material, e a criação de um clima de medo, propício à intervenção militar, através de propaganda, era um dos objetivos primordiais do IPES. No relatório “Plano de ação” (1962) lê-se: “o trabalho de sensibilização começou mesmo a apresentar resultados

tangíveis com a criação de um estado de alerta nacional, a partir do segundo semestre” (Caixa 65 – Fundo IPES, Arquivo Nacional).

Os filmes do IPES, produzidos com esmero e dirigidas pelo experiente Jean Manzon, eram exibidos em escolas, cinemas e clubes operários Brasil afora. Seu público-alvo era variado, mas todos eles tinham em comum o fato de se dirigirem a um espectador médio, um cidadão brasileiro comum, que era chamado a tomar posição. Alguns filmes dirigiam-se a “você, trabalhador”, abordando problemas mais diretamente relacionados a outras parcelas da sociedade, procurando despertar um sentido de pertencimento em cada um, ao mesmo tempo em que demonstravam o quanto o posicionamento individual diante das questões contingentes era fundamental para a resolução destas.

Uma intensa evocação de variados contextos acabava por associar o comunismo à desordem, ao assassinato, ao desespero. Imagens de Fidel Castro, Stalin, Hitler se confundem com registros de guerra e caos, para serem imediatamente contrapostas ao cenário brasileiro, ainda não tão caótico, mas aparentemente no caminho para tal. Esses filmes, além de um anticomunismo visceral que deveria ser introjetado a qualquer preço na audiência, criavam uma conexão direta entre movimentos sociais organizados e o comunismo, o caos e o totalitarismo. No Brasil do IPES, a paz social deveria estar acima de tudo; as melhorias do trabalhador, condicionadas a um relacionamento de cooperação entre patrões e empregados; e, principalmente, qualquer tentativa de organização autônoma da sociedade civil que não fosse das próprias elites seria necessariamente subversiva, por trazer em seu bojo uma forma de expressão de demanda que ia muito além de esperar pela benevolência dos poderosos.

Em *O Brasil precisa de você* (QL FIL 001 – Fundo IPES, Arquivo Nacional), essas imagens abrem o filme e são acompanhadas do seguinte discurso: “O IPES considera essencial para a democracia no Brasil, a superação do desenvolvimento (...) diminuir as desigualdades geradoras de conflito (...) um novo conceito de democracia precisa ser levado aos estudantes, aos operários, aos homens do campo”. Claro está, o “novo conceito” é o conceito ipesiano, que exclui os conflitos e as divergências inerentes ao processo democrático. O filme termina com perguntas

ameaçadoras, que exigiam uma atitude drástica e imediata: “Aonde nos levarão a demagogia e a agitação social? Aonde nos levarão a omissão das elites? O tempo é pouco. O Brasil não pode esperar mais”.

No filme *Depende de mim* (QL FIL 005 – Fundo IPES, Arquivo Nacional), por exemplo, imagens da opressão sobre civis húngaros levada a cabo por forças soviéticas são seguidas por imagens de agitação no Brasil. O locutor alerta: “E nós, o que faremos para preservar a democracia? Eles [revoltosos húngaros] preferiram a morte à tirania. A vida depende do voto. O voto depende de mim. A paz, a segurança, a liberdade, o nível de vida, depende de mim, de nós, de todos”. Já em *O que é a democracia*, a finalização é uma defesa da intervenção militar na vida política nacional: “Aqui, como em todas as democracias, as forças armadas existem não para opressão totalitária, mas para defender os sagrados direitos civis”.

A vocação golpista do IPES contribuiu de várias formas para a derrocada de Jango: desde o apoio dado à criação de entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE, criada em Ipanema em 1962, inicialmente para pressionar contra a possível indicação de Santiago Dantas como primeiro-ministro de João Goulart) até a intensa campanha que associava o presidente ao comunismo e à desordem, direcionada a diversos públicos. Contudo, a participação do instituto está longe de terminar aí. Em correspondência ao general Carlos Alberto Fontoura, do SNI, em outubro de 1968, Helio Gomide faz uma avaliação da crise gerada pelo afastamento de Costa e Silva, em que defende uma articulação maior do que chama de poder militar com as bases da sociedade – na concepção ipesiana, as elites econômicas. Afirma: “Ousaria indicar-lhe alguns caminhos, entre eles a aproximação do Poder Militar, hoje representando a liderança política e a administração pública do país, com certos grupos empresariais que, procurando dar a seu país o melhor que possuem sem a tônica da troca de favores ou a perseguição a postos (...) possam ajudar com seu empenho patriótico. (...) Desse grupo aquele a que mais sou apegado é o IPES”.

Gomide ainda fornece um exemplo poderoso do nível de influência do IPES, bem como do seu papel na articulação sistemática entre os militares e as elites civis: “Pode-se dizer que até mesmo o presidente

Castello Branco, quatro de seus ministros, presidente do Banco Central e vários outros graduados da administração, inclusive o criador do SNI, saíram do grupo de homens que criaram e conduziram o IPES”.

O fechamento do regime

A atuação e influência do instituto não se desfizeram com a derrubada de Jango. O grupo permaneceu vigilante ao extremo, apontando os caminhos que considerava necessários. É nesse momento que percebemos que, possivelmente, a radicalização do regime em 1968 não tenha sido um movimento tão atípico como muitas vezes é retratado, fruto unicamente da intervenção de uma parcela mais radical do setor militar. Apesar da existência de facções divergentes, que apresentavam variações na forma de conduzir a ditadura, é necessário não perder de vista que os princípios pouco variavam, e que os objetivos, de uma forma geral, eram bastante aproximados: promover uma guerra total ao inimigo (interno ou externo), que necessariamente era o inimigo apontado pelo regime no poder, com o objetivo de implementar um projeto específico de desenvolvimento para o Brasil e, principalmente, partindo-se do pressuposto que o Brasil não estava maduro para a democracia. Tais princípios eram comuns não apenas às diversas facções militares, mas também aos grupos políticos e às elites econômicas que apoiavam o regime.

Assim, já em 1966 [ano atribuído], antes do fechamento do regime, encontramos um relatório apresentado a Glycon de Paiva intitulado “Ação comunista na imprensa como base à contra-revolução programada para 1974” (Caixa 21 – Fundo IPES, Arquivo Nacional). Nele afirma-se que as forças comunistas se rearticulavam com o intuito de interromper a “revolução” iniciada em 1964, interrupção esta marcada para 1974, “coincidindo com o retorno dos principais cassados em 1964”. O relatório acusa diretamente vários jornalistas de seguirem a doutrina comunista e de utilizarem os veículos de comunicação nos quais haviam se infiltrado de tal forma que se tornaram maioria para a propaganda contra o governo militar e a favor dos subversivos. Muitos nomes são ci-

tados. Uma investigação mais cuidadosa seria necessária para sabermos até que ponto a direção dos órgãos de imprensa citados (*Folha de São Paulo*, *Última Hora*, *Revista Visão*, *Folha da Manhã* e principalmente o *Correio da Manhã* carioca, “centro teórico” do movimento) sabiam e colaboravam com o IPES na utilização do trabalho dos seus jornalistas para manufatura de um cenário de intensa ameaça subversiva. O relatório chega a afirmar: “do *Correio* [da Manhã] partem as direções ostensivas dos deputados Hermano Alves, Marcio Moreira Alves, articulistas Arthur Poerner, Edmundo Moniz, Paulo Francis e outros”. Acusa Ferreira Gullar, Calazand Fernandes, José Henrique Cordeiro de fecharem o mercado de jornalistas para os não-comunistas.

Da mesma forma, um outro organograma encontrado (Caixa 21 – Fundo IPES, Arquivo Nacional), sem data mas visivelmente montado depois do golpe, aponta infiltração de comunistas em várias áreas, da cultura ao Congresso, passando pela administração pública e pela imprensa. A identificação dos inimigos em todas elas faz parte do conceito de guerra total e, embora declaradamente o inimigo seja o comunista, chega a ser impressionante como tal definição tornou-se abrangente. Indivíduos de diferentes filiações políticas – embora praticamente todos defendessem desenvolvimento independente, não concentrador de renda, e o retorno à democracia – acabavam identificados com o perigo vermelho, em uma manobra que buscava legitimar a violenta repressão às vozes que condenavam a ditadura.

A propaganda não parou depois do golpe, e a intensificação do clima de medo e insegurança continuou, o que pode ser visto como uma tentativa de abrir caminho para a radicalização do regime e a aceitação desta pelo maior número possível de pessoas.

Na carta mensal do IPES-SP de junho de 1967, lê-se:

(...) a polícia, por mais que se desdobre, está se mostrando impotente para a tarefa que dela se exige (...) os terroristas estão agindo livremente (...) a segurança nacional depende dela [da polícia] tanto quanto das forças armadas. Estamos em suas mãos (...) os comunistas estão ativos, infiltrados em repartições do governo (...) imprensa, rádio, tv, empresas, bancos (...) e podem paralisar a nação... (...) se o governo não adotar medidas enérgicas para a defesa do princípio de autoridade,

a volta da tranquilidade aos lares, a retomada da confiança, pelo empresariado, que já a vai perdendo; a repercussão favorável dos seus atos na imprensa estrangeira, dentro de muito pouco tempo a economia nacional estará afetada, o nosso crédito abalado, a inflação, de novo acelerada e, com esse elenco de males, o seu cotejo de agitações sociais. Não propagamos a ditadura. Mas a inflexível energia na imposição da Lei – (...) a fim de (...) interceptar a escalada da subversão. Os seus sintomas são mais evidentes do que em 1962, 1963, 1964. O governo não pode esperar para agir. (...) Estamos a poucos passos da última etapa da subversão (...) temos o dever inadiável de nos mobilizarmos, como fizemos, no governo João Goulart, se não quisermos naufragar com o regime, com as liberdades, com a democracia”. (Caixa 29 – Fundo IPES, Arquivo Nacional).

O texto clama por uma intervenção mais dura do exército, já que a polícia não é capaz de manter a ordem sozinha. Exige claramente uma nova linha de ação do governo. Poucos meses depois, na carta mensal IPES-SP de dezembro de 1967, lê-se que “os comunistas estão ativos (...) e os brasileiros de todas as classes devem estar atentos a essa modalidade de campanha comunista” (Caixa 29 – Fundo IPES, Arquivo Nacional). É a sustentação da atmosfera de medo e vigilância, mesmo depois da queda de Jango. O golpe é percebido como insuficiente: a eliminação da ameaça ao desenvolvimento e segurança nacionais demandava medidas mais enérgicas.

Pouco antes da decretação do AI-5, foi produzida a carta do IPES-SP de setembro de 1968, que contém um texto intitulado “Escalada subversiva no Brasil: cronologia histórica”. A defesa do fechamento do regime ganha contornos explícitos:

Mas não se encerrou, com esta vitória [1964] a luta dos adeptos da democracia (...) os comunistas entraram em recesso, e tão logo se lhes apresentou situação oportuna para agirem, voltaram a atuar (...) A Revolução vitoriosa de 31 de março se auto-limitara, sem ter medido antes a extensão do mal que ameaçava o Brasil. Julgou que, em pouco tempo, restabeleceria o primado da democracia (...) Procuramos fazer ouvir a nossa voz contra essa maneira absurda de encarar o movimento revolucionário (...) mas não fomos ouvidos. Hoje, ao enfrentarmos de novo situação de gravidade tão grande quanto em 1963, não poucos concor-

dam com nossos argumentos. Todos os inimigos das liberdades democráticas (...) estão atívisimos. Preparam a escalada do retorno, segundo os mestres da subversão. (Caixa 29 – Fundo IPES, Arquivo Nacional).

O texto prossegue na descrição das ameaças ao *espírito revolucionário*, incluindo aí as eleições de 1965 – que tendiam para a esquerda – e a cobertura pela imprensa de atos de desordem pública, vista como sensacionalismo prejudicial ao regime. Critica violentamente o clima de solidariedade aos estudantes presos – descritos ironicamente (“coitadinhos dos estudantes, injustamente espancados”) – e a permissão, por parte do governo da Guanabara, da Passeata dos Cem Mil em junho de 1968 – uma “vasta provocação montada pelo aparelho subversivo”.

A análise dos textos institucionais do IPES abre espaço para uma série de questionamentos e possibilidades de pesquisa. Uma questão relevante diz respeito à construção do conceito de democracia, colocada como um valor a ser defendido mais claramente, ausente do dia-a-dia dos brasileiros. Como equacionar tal ambiguidade: defender a democracia, mas apenas quando conveniente à linha política vigente; acusar de inimigos da democracia aqueles que se opunham a um regime claramente ditatorial; ser favorável à censura, apesar de a liberdade de imprensa ser um dos pilares de todas as democracias do mundo ocidental?

Em dezembro de 1968 o Ato Institucional número 5 foi publicado. E o fechamento do regime, concretizado. Significativamente, as atividades do IPES entram em decadência, a ponto de o seu vice-presidente afirmar, pouco tempo antes do seu fechamento em 1972: “enquanto o Brasil vai bem, o IPES vai mal”. Embora amargurado com o fim de uma entidade que ajudara a construir, Glycon de Paiva não podia deixar de sentir que a sua missão estava cumprida.

Conclusão

As condições políticas que permitiram a queda de Jango em 1964, a instauração de um governo militar logo em seguida e o paulatino fechamento do regime que desaguou no AI-5 ainda são objeto de muita

controvérsia, em parte porque a análise do período enfrenta a dificuldade em se encontrar registros formais relevantes ao caso. Documentação que o governo insiste em manter sigilosa, desaparecimento de papéis fundamentais para a compreensão do funcionamento da repressão – enfim, são inúmeras as dificuldades quando nos propomos a estudar a dinâmica das forças sociais, econômicas e políticas que permitiu a existência da ditadura no período 1964-1985.

Alguns acervos estão sendo liberados, organizados, divulgados. O projeto Memórias Reveladas, iniciativa da Casa Civil, capitaneado pelo Arquivo Nacional, busca dar um primeiro passo na organização e articulação dos acervos referentes às lutas políticas do período, em vários órgãos e organizações, públicos e privados.

Em 1974, dois anos depois do encerramento das atividades do IPES, um dos integrantes do instituto, o sócio-fundador general João José Batista Tubino, doou o material que havia arquivado ao longo dos anos de participação ao Arquivo Nacional. A diversidade presente no fundo IPES – que será reorganizado no ano 2010 – é o espelho da diversidade das atividades levadas a cabo pelo instituto. São atas de reuniões dos diversos grupos e comitês da entidade, conferências realizadas, material didático dos cursos, enorme quantidade de material contábil (livros-caixa, recibos, balanços), correspondências com vários órgãos (públicos e privados, no Brasil e no exterior), publicações, algumas fotos (que mostram o encerramento de uma das versões do curso de atualidades, e da abertura da linha naval Brasil-México, promovida pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e do convés do navio Loide Guatemala) e mais de uma dúzia de filmes dirigidos por Jean Manzon.

O fundo IPES do Arquivo Nacional é um fundo privado, que conta parte da história de uma entidade que participou ativamente na preparação do golpe, na formação de quadros empresariais e políticos, na propaganda necessária para a legitimação do regime. Mostra que não apenas as instituições públicas produziram documentação que pode tornar para nós, brasileiros, mais claras as razões e condições que permitiram o estabelecimento e permanência de um regime de exceção que calou as vozes divergentes por duas décadas.

Notas

¹ Borges, A doutrina de segurança nacional e os governos militares.

² Dreifuss, 1964: *A conquista do Estado*.

Referências bibliográficas

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (Org.). *Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CORREA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES*. 2005. Dissertação (Mestrado em Multimeios)—Unicamp, Campinas, 2005.

DREIFUSS, Richard. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MIGUEL, Luis Felipe. A formação da ideologia na Escola Superior de Guerra. *Arche Interdisciplinar*. Rio de Janeiro, UCAM, n. 22, ano VIII, 1999.

SILVA, Eliene Gomes da. O anti-comunismo no Brasil e o colapso institucional de 1964. *Revista de História da UPIS*. Brasília, v. 3, 2007.

Resumo

O movimento que derrubou o governo legítimo de João Goulart em 1964 saiu dos quartéis, porém foi concebido e articulado não apenas por militares, mas também por amplos setores do empresariado urbano e rural, além das classes médias urbanas. Um dos exemplos mais contundentes da importância de tais setores na concepção e apoio ao golpe reside na atuação de entidades como o IPES, que através de propaganda (escrita, por rádio, cinema, televisão) e de articulações entre indivíduos e grupos atuantes na política e na economia nacionais abriu caminho para a implantação de um regime ditatorial nos anos 1960. O presente artigo resulta de uma pesquisa exploratória realizada junto à documentação produzida pela entidade, que se encontra no Arquivo Nacional, buscando perceber, na correspondência entre os líderes do IPES, no material de propaganda por ele produzido, nos relatórios e pesquisas realizados pelo instituto, como a organização atuou na preparação do golpe.

Palavras-chave

IPES; regime militar; propaganda; anticomunismo.

Recebido para publicação em
27/07/2009

Abstract

The coup d'état that overthrew the legitimate president João Goulart in Brazil in 1964 might have had its starting point in the military quarters, but it was conceived and planned also by Brazilian elite and urban middle classes. One of the strongest examples of the importance of these civilian groups in bringing the coup into existence resides in the agency of entities such as IPES. The institute not only used propaganda material (books, films, tv shows) but also articulated key individuals and other organized groups in order to establish grounds for a dictatorship back in the 1960's. The present work is a result of an exploratory research over the documentation produced by IPES, carried out at Arquivo Nacional where the documents are stored. By analyzing letters, propaganda material, reports and research papers produced by the institute it intends to highlight the possible ways through which IPES backed up the coup and the regime that followed it.

Key words

IPES; military regime; propaganda; anticomunism.

Aceito em
15/10/2009